

Política de Privacidade

C4 Tecnologia

CONTROLE DE REVISÃO			
Versão	Data	Descrição	Autor
00	01/06/2022	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração do documento	André Soares
01	27/07/2025	<ul style="list-style-type: none">• Ajuste do documento (Coleta, compartilhamento e retenção de dados pessoais)	André Soares
02	03/09/2025	<ul style="list-style-type: none">• Ajuste do documento (Referências)	André Soares
Aprovado por:		Data: 04/09/2025	
			

Sumário

POLÍTICA DE PRIVACIDADE C4:	3
ABRANGÊNCIA:	3
REFERÊNCIAS:	3
DEFINIÇÕES:	4
DIRETRIZES:	5
1. Lei Geral de Proteção de Dados:	5
2. Coleta e utilização dos dados pessoais:	6
3. Compartilhamento dos dados pessoais:	8
4. Proteção dos dados pessoais:	10
5. Retenção dos dados pessoais:	10
6. Transmissão dos dados pessoais:	11
7. Exclusão e Eliminação de dados pessoais:	12
8. Direito dos Titulares:	12
ENCARREGADO DO TRATAMENTO DE DADOS:	14
DISPOSIÇÕES GERAIS:	14

POLÍTICA DE PRIVACIDADE C4:

A Política de Privacidade da C4 tem como objetivo demonstrar o compromisso da empresa com a transparência com que trata os Dados Pessoais dos Titulares, assim, como expressar seu comprometimento com a segurança nos serviços fornecidos relacionados ao tratamento de dados dos Clientes.

Portanto, este documento abrange as informações sobre o tratamento de dados realizado por toda a corporação.

Toda atuação da C4 é pautada nos exatos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). A C4 tem, ainda, amplo compromisso com os sigilos dos dados tratados e mantêm investimentos em capacitação de seus funcionários e aquisição das mais modernas tecnologias de proteção de dados.

ABRANGÊNCIA:

Esta Política se aplica a todas as áreas e produtos da C4, incluindo terceiros que, de qualquer forma, tratem Dados Pessoais em nome ou a pedido desta, e reflete a governança aplicada aos temas de proteção de Dados Pessoais da C4. A observância desta Política é obrigatória e reflete a legislação e regulamentação aplicáveis relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados.

REFERÊNCIAS:

- Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Lei 12.965/2014 - Marco Civil da Internet;
- Lei 14.129/2021 – Governo Digital;
- Resolução CONTRAN nº807/2020 e suas atualizações;
- ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022 - Sistemas de Gestão da Segurança da Informação;
- ABNT NBR ISO/IEC 27701:2019 - Privacidade da Informação.

DEFINIÇÕES:

Para todos os fins do presente Termo de Aceitação de Uso, os conceitos abaixo deverão ter as seguintes definições, independentes se usados no plural ou singular:

COOKIES - pequenos arquivos criados por sites visitados e que são salvos no computador do usuário, por meio do navegador. A C4 utiliza cookies e informações específicas da sua navegação de maneira geral com o objetivo de identificá-lo e aperfeiçoar sempre nossos produtos e conteúdos com intuito de aprimorar os serviços prestados aos usuários.

USUÁRIO – Pessoa física que acessa a plataforma e concorda com as disposições da Presente Política de Privacidade.

DADOS – informações inseridas pelo USUÁRIO nos sistemas da C4, referente aos serviços realizados.

DADOS PESSOAIS – é toda informação relacionada à pessoa natural, identificada ou identificável. Exemplos: (Nome Completo, e-mail, telefone, CPF ou CNPJ, Data de nascimento, Placa do veículo, se for caso; RENAVAM, se for caso; débitos do veículo e detalhes do débito (valor, local da infração, horário e afins), se for caso; informações do veículo (modelo do carro e nome do proprietário), se for o caso; dados bancários, códigos de barras correspondente(s) ao(s) débito(s) que será(ão) quitado(s)).

DADO PESSOAL SENSÍVEL - é todo o dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, vinculado a uma pessoa natural.

TITULAR DOS DADOS – é a pessoa física a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

CONTROLADOR – é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões ao tratamento dos dados pessoais.

OPERADOR - é a pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do CONTROLADOR.

ANDP – é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

DPIA – Data Protection Impact Assessment (Relatório de Impacto): documentação que contém a descrição dos processos de tratamento de Dados Pessoais: (i) enquadrados em legítimo interesse; e (ii) que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, além de conter as medidas, as salvaguardas e os mecanismos de mitigação de risco.

DPO – Data Protection Officer (ou “Encarregado de Dados”): representante da C4.

GDPR – General Data Protection Regulation: Lei da comunidade europeia que determina como deverão ser tratados os Dados Pessoais de indivíduos localizados nos países da União Europeia. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018) – Lei Geral de Proteção de Dados: Lei brasileira que regula todo o tratamento de Dados Pessoais realizado no território brasileiro ou que tenha por objetivo fornecer bens ou serviços para indivíduos localizados no território nacional ou ainda que os Dados objeto do tratamento tenham sido coletados no território brasileiro independentemente de onde estejam localizados os Dados.

Marco Civil da Internet - lei que visa orientar os direitos e deveres dos usuários, provedores de serviços e conteúdos e demais envolvidos com o uso da Internet no Brasil.

Privacy by Default (Privacidade como padrão): conceito que decorre do privacy by design. Estabelece-se que um produto ou serviço, ao ser lançado no mercado, devem possuir todas configurações de privacidade restritas determinada em seu desenvolvimento e apenas o usuário pode liberar ou desativar o acesso caso seja necessário.

Privacy by Design (Privacidade como Premissa): premissa para desenvolvimento de serviços ou produtos, e softwares, que exige a aplicação de boas práticas relativas à privacidade desde sua concepção. Dessa forma, qualquer nova atividade de tratamento deve atender aos princípios, regras e padrões fornecidos e determinados pela legislação competente durante todo o seu ciclo de vida.

DIRETRIZES:

1. Lei Geral de Proteção de Dados:

Em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), é prioridade da C4 proteger, preservar e respeitar a privacidade e os direitos dos Titulares de Dados Pessoais.

Adotamos as melhores práticas empresariais e condutas éticas, visando a manutenção e evolução do grau de conformidade dos processos relativos à proteção de Dados Pessoais para atender às necessidades das instituições credoras, DETRAN's e titulares de dados, parceiros, fornecedores e colaboradores da C4.

Como fornecedor soluções e produtos, a C4 posiciona-se como parceiro das instituições credoras, DETRAN's e titulares de dados em seus processos de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), implantando metodologias como Privacy by Design e Privacy by Default no desenvolvimento dos seus produtos e serviços.

A C4 disponibiliza em seus produtos e soluções oferecidos a instituições credoras, DETRAN's e titulares de dados, recursos que visam auxiliá-los na manutenção e evolução de sua conformidade aos requisitos legais e de acordo com as melhores práticas de gestão e processos relativos à proteção de Dados Pessoais.

Ressaltamos que a utilização dos recursos para a proteção de dados pessoais, disponibilizados pela C4 em seus produtos e soluções, será uma decisão por parte do cliente, a seu exclusivo critério e integral responsabilidade. O cliente pode decidir, dentro da legislação aplicável, pela melhor forma de tratar os Dados Pessoais de seus usuários, instituições credoras, DETRAN's e titulares de dados e fornecedores.

A depender da atividade de tratamento realizada, a C4 poderá se enquadrar como Controladora ou Operadora de Dados Pessoais.

2. Coleta e utilização dos dados pessoais:

Enquanto Controlador:

A C4, na condição de Controladora de Dados Pessoais, realiza a coleta e o tratamento das informações de seus colaboradores, bem como de terceiros relacionados às suas atividades.

A coleta ocorre das seguintes formas:

- Informações fornecidas diretamente pelo titular dos dados (embasamento legal contrato de prestação de serviços);

- Informações coletadas para acesso a plataformas, ambiente e sistemas da C4 Tecnologia.

O tratamento dos dados pessoais pela C4 está fundamentado no art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

Enquanto Operador:

A C4 Tecnologia, na condição de Operadora de Dados Pessoais, realiza o tratamento das informações fornecidas pela Instituição Credora, que é a Controladora dos Dados, exclusivamente para fins de registro de contratos.

Esse tratamento é executado conforme as instruções da Instituição Controladora, respeitando os princípios de necessidade, finalidade e adequação previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

Embasamento Legal:

- LGPD (Lei nº 13.709/2018):
 - Art. 5º, VII e IX: Define “controlador” e “operador”, estabelecendo que o operador realiza o tratamento de dados em nome do controlador.
 - Art. 7º, inciso V: Autoriza o tratamento de dados quando necessário para a execução de contrato ou procedimentos preliminares a pedido do titular.
 - Art. 39: Determina que o operador deve realizar o tratamento de dados pessoais conforme as instruções fornecidas pelo controlador.
- Resolução CONTRAN nº 807/2020:
 - Regulamenta o registro eletrônico de contratos que envolvem veículos, estabelecendo que instituições credoras e órgãos de trânsito devem garantir a conformidade, segurança e rastreabilidade das informações.
 - Nesse contexto, a C4 Tecnologia atua como Operadora, prestando suporte tecnológico e operacional para o processamento seguro e regular dos registros,

de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN e portarias de Credenciamento.

A área de segurança da C4 realiza o tratamento de Dados Pessoais necessários à operacionalização dos serviços previstos em Contrato, observando a sua atuação enquanto Operadora, especialmente nas seguintes situações:

- Registro de acesso: Dados Pessoais de funcionários e ex-funcionários de instituições credoras, DETRAN's e titulares de dados;
- Controle de acesso: Dados Pessoais de funcionários e ex-funcionários de instituições credoras, DETRAN's e titulares de dados;
- Registros dos dados para registro de contrato, conforme especificado na Resolução CONTRAN nº807/2020.

3. Compartilhamento dos dados pessoais:

A C4 Tecnologia realiza o compartilhamento de dados pessoais de forma restrita, transparente e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), observando as responsabilidades distintas de Controladora e Operadora:

1. Quando atua como Controlador:

A C4 Tecnologia coleta e trata dados pessoais de seus colaboradores (inclusive PJ) e de terceiros necessários à sua operação. O compartilhamento ocorre nos seguintes cenários:

- Com prestadores de serviços de contabilidade, jurídicos e administrativos, quando necessário para o cumprimento de obrigações legais e contratuais;
- Com órgãos públicos e autoridades competentes, quando exigido por lei ou por regulamentação aplicável;
- Com provedores de tecnologia e infraestrutura, exclusivamente para suporte aos seus sistemas internos e de gestão.

O compartilhamento nesses casos é fundamentado no art. 7º da LGPD, especialmente nos incisos II (cumprimento de obrigação legal ou regulatória), V (execução de contrato) e IX (legítimo interesse).

2. Quando atua como Operador:

A C4 Tecnologia trata os dados pessoais fornecidos pela Instituição Credora (Controladora), exclusivamente para o registro eletrônico de contratos junto aos DETRAN's, nos termos da Resolução CONTRAN nº 807/2020.

O compartilhamento ocorre da seguinte forma:

- Com os órgãos de trânsito (DETRAN's): para cumprimento da obrigação legal de registro e averbação de contratos;
- Com a Instituição Credora: garantindo a rastreabilidade do processo e o retorno das informações processadas;

Nesse papel, a C4 Tecnologia realiza o tratamento exclusivamente conforme instruções da Instituição Credora, em conformidade com o art. 39 da LGPD, atuando como suporte tecnológico e operacional, sem decisão própria sobre as finalidades do tratamento de acordo com o credenciamento em cada DETRAN.

Fica vedado à C4 utilizar, compartilhar ou tratar os Dados Pessoais coletados para:

- Ações de marketing, publicidade ou propaganda;
- Ofertas comerciais de produtos ou serviços;
- Qualquer finalidade distinta daquelas previstas em lei e comunicadas ao titular.

Esse compromisso atende ao princípio da finalidade (Art. 6º, I, LGPD), garantindo que os dados sejam utilizados apenas para:

- Cumprimento de obrigações legais e regulatórias;
- Registro eletrônico de contratos junto aos órgãos de trânsito;
- Segurança, auditoria e prevenção a fraudes.

Os dados pessoais registrados na C4 Tecnologia não são compartilhados com nenhuma outra entidade, terceiros, fornecedores ou parceiros comerciais, exceto:

- (i) quando expressamente autorizado pelo controlador dos dados;
- (ii) em razão de intimação ou decisão judicial;
- (iii) para estar em conformidade com a lei ou regulamento;
- (iv) se a C4 Tecnologia acreditar, de boa-fé, que a divulgação dos dados pessoais é necessária para impedir danos físicos ou perdas financeiras, inclusive para outros instituições credoras, DETRAN's e titulares de dados, ou para reportar atividade ilegal suspeita ou investigar violações aos termos e condições de uso do Aplicativo com o envolvimento do controlador.

4. Proteção dos dados pessoais:

A C4 Tecnologia implementa medidas rígidas para garantir a integridade e segurança dos Dados Pessoais dos Titulares, adotando uma política de controle de acesso restrito aos Dados Pessoais. Dessa forma, somente pessoas autorizadas conseguem acessá-los. A autorização de acesso é concedida para que as áreas responsáveis possam atender à necessidade de suas atividades e para possíveis tratativas de suporte. A C4 Tecnologia implementa procedimentos para garantir que as áreas internas e os operadores da C4 Tecnologia realizem o tratamento dos Dados Pessoais de acordo com as diretrizes de privacidade determinadas pela C4 Tecnologia.

Além disso, a C4 Tecnologia investe em um programa de conscientização para os colaboradores, Terceiros, Parceiros e Franquias. O programa tem o objetivo de apresentar boas práticas que devem ser adotadas no tratamento dos Dados Pessoais.

5. Retenção dos dados pessoais:

A C4 Tecnologia adota práticas de retenção de dados pessoais alinhadas aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), respeitando os prazos legais e contratuais, bem como a finalidade do tratamento.

No tratamento de dados pessoais de seus colaboradores (inclusive contratados PJ) e de terceiros relacionados às suas operações internas:

- Os dados são mantidos pelo período necessário ao cumprimento de obrigações legais, regulatórias e contratuais, tais como legislação trabalhista, fiscal e tributária;
- Após o término da relação contratual, os dados são armazenados apenas pelo tempo exigido em lei ou para o exercício regular de direitos em processos administrativos, arbitrais ou judiciais;
- Quando não houver mais base legal ou necessidade de retenção, os dados são eliminados em conformidade com o art. 16 da LGPD e a Política de Segurança da Informação da C4 Tecnologia.

No tratamento de dados pessoais para o registro eletrônico de contratos em nome das Instituições Credoras (Controladoras), conforme a Resolução CONTRAN nº 807/2020:

- Os dados são retidos somente pelo período necessário à execução dos serviços de registro e averbação junto aos DETRAN's;
- A C4 Tecnologia mantém logs e registros técnicos em seus sistemas para fins de auditoria, segurança e conformidade, respeitando as instruções da Instituição Credora;
- Finalizada a operação, os dados permanecem armazenados apenas enquanto houver obrigação contratual ou legal, sendo posteriormente eliminados ou devolvidos à Instituição Controladora, seguindo a Política de Segurança da Informação da C4 Tecnologia.

6. Transmissão dos dados pessoais:

A C4 realiza a transmissão de Dados Pessoais para órgãos públicos ou entidades privadas credenciadas, para permitir o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, conforme disposto pela Resolução CONTRAN nº 807/2020. Tais transmissões seguem os seguintes critérios:

- Finalidade específica: os dados são enviados apenas para registro de contratos com garantia real nos órgãos de trânsito, conforme exigido legalmente (tipo da operação,

número do contrato, identificação do devedor e do credor com contatos, descrição do veículo, valor ou estimativa da dívida).

- Canal seguro e regulamentado: as transmissões são realizadas via plataforma eletrônica com assinatura digital, garantindo autenticidade e integridade dos dados.
- Prestadores credenciados: a transmissão ocorre somente por meio de órgãos de trânsito ou empresas registradoras devidamente autorizadas e sem vinculação comercial com instituições credoras, conforme vedações legais.
- Supervisão institucional: os órgãos de trânsito são responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos registros transmitidos, conforme determina o art. 15 da Resolução 807/2020.
- Medidas de segurança: adotamos medidas técnicas e organizacionais para garantir a confidencialidade, integridade e segurança dos dados transmitidos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018) e com a Resolução CONTRAN nº 807/2020.

7. Exclusão e Eliminação de dados pessoais:

Após o cumprimento da finalidade legal para a qual os dados foram coletados e transmitidos, a C4 promove a exclusão dos dados pessoais, observados os seguintes critérios:

- Prazo legal: os dados são armazenados pelo período necessário ao atendimento das exigências da Resolução CONTRAN nº 807/2020 e demais normas aplicáveis.
- Eliminação segura: finalizada a obrigação regulatória, os dados pessoais são eliminados de forma segura e irreversível, impedindo qualquer uso indevido ou não autorizado.
- Exceções legais: em situações previstas em lei (como auditoria, defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais), os dados poderão ser mantidos até a conclusão da finalidade específica.

8. Direito dos Titulares:

Em conformidade com o artigo 18 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), o titular dos dados pessoais possui direitos e garantias quanto ao tratamento de suas informações.

No âmbito do Registro de Contratos de Financiamento de Veículos, disciplinado pela Resolução CONTRAN nº 807/2020, a Instituição Financeira (Banco) é considerada o Controlador dos dados, cabendo à C4 Tecnologia a atuação como Operadora, conforme instruções contratuais recebidas do Controlador.

Assim, a C4 disponibiliza mecanismos que asseguram clareza, transparência e conformidade legal no atendimento aos direitos do Titular (Banco), entre eles:

- Confirmação da existência de tratamento: A C4 Tecnologia trata os dados pessoais estritamente necessários ao processo de registro de contratos, conforme instruções da Instituição Credora e disposições da Resolução CONTRAN nº 807/2020, mantendo-os em ambientes seguros e controlados.
- Acesso e disponibilidade das informações: O Controlador poderá solicitar à C4 relatórios de tratamento e armazenamento, garantindo acesso às informações processadas.
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados: Mediante solicitação do Controlador, a C4 realizará ajustes técnicos para assegurar a integridade e atualização dos dados registrados.
- Anonimização, minimização bloqueio ou eliminação de dados pessoais: A C4 procederá, quando solicitado pelo Controlador, à anonimização, minimização, bloqueio ou eliminação de dados, salvo quando houver base legal ou regulatória que determine a manutenção, em conformidade com a LGPD e com os prazos previstos na Resolução CONTRAN nº 807/2020.
- Portabilidade: A C4 dará suporte técnico, mediante requisição do Controlador, para viabilizar a portabilidade dos dados a outro prestador de serviços, respeitando a regulamentação vigente.
- Informação sobre consentimento e suas consequências: A C4 garante que todo o tratamento segue exclusivamente as bases legais previstas na LGPD e as determinações contratuais com o Controlador, sem adotar decisões próprias sobre a coleta ou finalidade dos dados.

- Revogação do consentimento: Quando aplicável, a C4 executará as instruções do Controlador quanto à revogação do consentimento e eliminação dos dados pessoais, ressalvadas hipóteses de obrigação legal, regulatória ou exercício de direito de defesa.

A C4, atuando somente como Operadora, não define finalidades ou meios de tratamento. Essa responsabilidade é exclusiva da Instituição Credora (Controlador). A C4 assegura que todas as instruções recebidas respeitam a LGPD, a Resolução CONTRAN nº 807/2020 e demais regulamentações aplicáveis.

A C4 compromete-se ainda a atender todas as requisições encaminhadas pelo Controlador em nome do Titular dentro dos prazos legais estabelecidos pela LGPD e observados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

ENCARREGADO DO TRATAMENTO DE DADOS:

Conforme previsto no artigo 41 da Lei Geral de Proteção de Dados, o encarregado pelo tratamento de dados pessoais da C4 Tecnologia fica aqui publicado sequencialmente para execução das atividades e responsabilidades presentes na LGPD.

Se você tiver dúvidas, comentários ou sugestão relacionados a esta Política e a forma como tratamos seus dados pessoais entre em contato conosco. Nós temos um responsável que está à disposição nos seguintes endereços de contato:

E-mail para contato: contato@c4governodigital.com.br

Aos cuidados de “Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Artigo 41 – Lei 13.709/2018 – LGPD)”.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Esta Política de Privacidade pode ser alterada a qualquer momento sem aviso prévio. Deste modo, recomendamos a consulta desta Política de Privacidade com regularidade de forma a estar sempre atualizado. Ao utilizar o site da C4 você aceita e concorda com essa Política de

Privacidade. Esta Política de Privacidade será regida e interpretada de acordo com a legislação brasileira. Em caso de dúvidas sobre esta Política de Privacidade você poderá entrar em contato com nossa central de relacionamento através do e-mail contato@c4governodigital.com.br.